

**COOPERATIVA DE PEQUENO PORTE E SUA IMPORTÂNCIA PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE PRODUTORES DE LEITE: O
CASO DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES E PRODUÇÃO
AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE CAIBI - COAPAFAC**

**SMALL COOPERATIVE AND ITS IMPORTANCE FOR THE ECONOMIC
AND SOCIAL DEVELOPMENT OF MILK PRODUCERS: THE CASE OF THE
COOPERATIVE OF FARMERS AND FAMILY AGROINDUSTRIAL PRODUCTION
OF CAIBI - COAPAFAC**

Vladimir Adalberto Picoli¹
Adilson José Fabris²

RESUMO

O cooperativismo é uma forma de associativismo que oportuniza o desenvolvimento econômico o bem estar social da comunidade, buscando sempre a participação democrática, a solidariedade, a independência e a autonomia. As pequenas organizações cooperativas estão se tornando uma alternativa ao desenvolvimento socioeconômico, principalmente para algumas famílias de Agricultores categorizados como membros da Agricultura Familiar que desenvolvem a atividade leiteira como alternativa de renda. Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar a percepção dos associados nas relações sociais com a cooperativa e visa identificar as potencialidades e benefícios, decorrentes por serem associados a esta organização. A população da pesquisa compreende 4 cooperativas, foi realizado um estudo de caso de abordagem qualitativa, utilizando-se de pesquisa de campo junto a 23 (vinte e três) Famílias associadas a COAPAFAC – Cooperativa de Agricultores e Produção Agroindustrial Familiar de Caibi, Município pertencente a Vigésima Nona Agência de Desenvolvimento Regional de Palmitos Estado de Santa Catarina. Nesse sentido observou-se que a participação no quadro social trouxe alguns benefícios para os entrevistados, entre eles destacam-se a melhor remuneração da produção citada por 100% dos associados entrevistados, evidenciando a importância da instituição cooperativa como intermediadora comercial, 65% deles apontaram como vantagem o acesso à assistência técnica e ainda a oportunidade de participar efetivamente das decisões e disponibilizar equipamentos serem utilizados pelos associados de maneira coletiva, sendo estes fatores determinantes para a viabilização da atividade leiteira nas propriedades dos entrevistados.

Palavras - chaves: Cooperativismo, associados e famílias.

ABSTRACT

Cooperativism is a form of associativism that gives economic development the social welfare of the community, always seeking democratic participation, solidarity, independence and autonomy. Small cooperative organizations are becoming an alternative to socioeconomic development, especially for some families of Farmers categorized as members of Family Agriculture who develop the milk activity as an

¹Engenheiro Agrônomo FAEM/UFPEL Pelotas - RS. Pós-graduando em Desenvolvimento Regional Sustentável pela FAI Faculdades de Itapiranga/SC. E-mail: vladimirpicoli@epagri.sc.gov.br.

²Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNISC, de Santa Cruz do Sul, Especialista em Marketing, URI/FW, Professor da FAI Faculdades de Itapiranga/SC. E-mail: adilsonj.fabris@yahoo.com.br.

income alternative. The purpose of this research was to characterize the perception of members in social relations with the cooperative and aims to identify the potentialities and benefits, due to being associated with this organization. The research population comprises 4 cooperatives, a case study with a qualitative approach was carried out, using field research with 23 (twenty-three) Families associated with COAPAFAC - Cooperative of Farmers and Agribusiness Family Production of Caibi, Municipality belonging to The Twenty-ninth Regional Development Agency of Palmitos State of Santa Catarina. In this sense, it was observed that participation in the membership brought some benefits to the interviewees, among them the best remuneration of the production mentioned by 100% of the interviewed members, evidencing the importance of the cooperative institution as a commercial intermediary, 65% of them pointed out As an advantage the access to technical assistance and also the opportunity to participate effectively in the decisions and make equipment available to be used by the members in a collective way, being these determinants for the viability of the dairy activity in the properties of the interviewees.

Key words: Cooperativism, associates and families.

1INTRODUÇÃO

A produção de leite tem sido desde meados da década de 1990, uma das principais alternativas geradoras de renda no meio rural da região Oeste de Santa Catarina, região em que ocorre o predomínio da Agricultura de caráter familiar. A importância econômica da atividade leiteira para a agricultura familiar já foi apontada por Testa et al. (1996) como positiva, dando-lhe destaque nos aspectos relacionados a alta capacidade de absorção de mão de obra; alta capacidade de agregar valor na propriedade; fácil descentralização espacial e diversidade de escalas das unidades industriais; grande alcance social por abranger uma grande diversidade de produtores; possibilidade de uso econômico e conservacionista de terras “não nobres”. Além destas características, Mello (1998) também destaca o ingresso mensal de receitas como aspecto positivo da atividade.

Entre as atividades agropecuárias geradoras de renda, a bovinocultura de leite abrange uma quantidade muito grande de produtores, variando desde o nível tecnológico empregado na atividade até o tamanho das propriedades e o número de animais do rebanho.

Aqueles que adotam um alto nível de tecnologia e principalmente os que possuem alta escala de produção em quantidade e qualidade mínimas se destacam, recebendo um valor maior pela sua produção.

Para Buinain et al. (2002), a modernização do sistema de coleta do leite acelerou a tendência da concentração de grandes laticínios determinando um novo perfil de produtor, acarretando no aumento de escala e qualidade da matéria-prima, o que pode desfavorecer os pequenos produtores de leite da agricultura familiar, que em geral, não são muito especializados e produzem em pequena escala. Tais fatos, estão relacionados que a capacidade destes produtores para neutralizar ou reduzir as desvantagens competitivas e potencializar as vantagens. (SOUZA; BUAINAIN, 2013).

Em meio a este cenário, os pequenos produtores, em busca da possibilidade de superação destas dificuldades, optam por formas alternativas de comercialização de sua produção, a mobilização destes agricultores em Cooperativas de Pequeno Porte composta principalmente por agricultores familiares, vem ocorrendo em grande parte dos municípios pertencentes à Vigésima Nona Agência de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina nos últimos anos.

De modo geral, estas cooperativas representam um mecanismo para viabilizar a inserção mais equilibrada dos pequenos agricultores familiares ao mercado, na medida em que permitem melhorar as condições socioeconômicas e de competitividade junto às agroindústrias, pela possibilidade de melhores condições de negociação de sua produção.

Os associados são responsáveis pela produção e participam de todo processo da tomada de decisão, além da etapa de comercialização. As negociações de preços e de padrões de qualidade ocorrem de forma coletiva conforme os que estão sendo praticadas na região, demonstrando um indicativo do crescente empoderamento destas organizações. (MIOR et al., 2014)

Uma diferença fundamental destas cooperativas em relação às cooperativas de grande porte, está na inexistência de patrimônio imobilizado, como exemplo, a infraestrutura de processamento e armazenagem de leite. O único patrimônio constituído é o que viabiliza o transporte em algumas cooperativas. Não obstante os avanços observados, esta dinâmica protagonizada pelos produtores de leite, suas organizações e instituições de apoio, ainda representa um processo de aprendizagem organizacional.

Atualmente estes pequenos agricultores, quando comercializam sua produção de forma isolada, enfrentam dificuldades de ordem financeira na comercialização recebendo um valor menor por sua produção. A maior parte deles por produzirem

em pequena escala se veem obrigados a buscar alternativas de negociação da produção de forma coletiva através das chamadas Cooperativas de Pequeno Porte com o principal objetivo de melhorar a remuneração do leite e conseqüentemente de sua rentabilidade.

A cooperativa, foco do estudo, categoriza-se pela predominância do quadro social formado por associados oriundos da Agricultura Familiar. Estes por sua vez buscam através da organização Cooperativa além da comercialização do leite produzido em suas propriedades rurais a compra de insumos destinados à atividade e assistência técnica.

Diante destas premissas, a pesquisa foi realizada em Cooperativa situada em Caibi/SC, Município pertencente à Vigésima Nona Agência de Desenvolvimento Regional de Palmitos Estado de Santa Catarina. O estudo teve como meta os seguintes objetivos específicos, conhecer o perfil dos associados e suas relações com a Cooperativa, saber o que os associados pensam a respeito do modo de gestão da cooperativa e Identificar os principais benefícios observados pelos associados.

A importância deste estudo é entender o que o cooperativismo representa para seus associados e para o desenvolvimento local. Este trabalho nos dará subsídios para entender a dinâmica do Cooperativismo de pequeno porte na região, podendo desta forma auxiliar do ponto de vista de gestão ou mesmo de condução da instituição para que ela siga realmente o caminho a que se propõe de acordo com as diretrizes do Cooperativismo.

A COAPAFAC foi a cooperativa escolhida para realização da pesquisa, no entanto existe um número muito grande de Cooperativas similares na região, sendo que este estudo poderá servir como base para o entendimento do funcionamento das demais cooperativas que seguem este modelo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão descritas as bases que fundamentam e aprofunda o tema proposto, a estrutura fundiária brasileira, bem como a descrição das questões agropecuárias. O cooperativismo é outra questão a ser fundamentada, visto a sua relação com a produção primária enquanto modelo de organização, seus princípios,

características que propõe o desenvolvimento da região através da participação e democratização das decisões.

2.1 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A PEQUENA ESCALA DE PRODUÇÃO

A agricultura do Oeste de Santa Catarina tem como principal característica o tamanho reduzido de suas propriedades rurais, muitas delas por possuir a limitação de áreas para cultivo estão quase que inviabilizadas econômica e socialmente pela forma com que produzem, principalmente por terem pequena escala de produção.

Segundo Batalha, Buainain e Souza Filho (2005), uma das dificuldades encontradas pelos produtores rurais na diversificação, na valorização da produção e na exploração de vantagens potenciais dos produtos, está relacionada com a superação da restrição de escala imposta pela pequena propriedade. Muitos agricultores familiares, por entenderem a lógica mercadológica predominante, buscam novas alternativas de melhorar a renda de suas propriedades, tem buscado novas formas de comercialização de sua produção.

Uma das estratégias dos produtores de gerar ou agregar valor à sua produção através do poder de barganha é a negociação de sua produção através das pequenas cooperativas de agricultores familiares. É possível que tal necessidade de obtenção de melhores resultados econômicos com a comercialização da produção da pequena propriedade, tenha estimulado os produtores a se associarem no sentido de obterem maiores vantagens competitivas.

2.2 ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS DA REGIÃO

A grande diversidade produtiva nas propriedades agrícolas de Santa Catarina, principalmente as do Oeste do estado, aliado a questões culturais, podem ser observadas como opções de diversificação de renda para agricultura, principalmente a familiar, atualmente a produção em sistema de integração de suínos e aves é a predominante na região, no entanto antes de surgir tais sistemas, observaram-se algumas mudanças ou migrações de atividades que já não eram consideradas lucrativas e viáveis em muitas propriedades, permitindo que muitos agricultores continuassem a viver no campo com níveis de renda considerados satisfatórios para manutenção de suas famílias.

Além disso, segundo MELLO (1998) prevê:

“em Santa Catarina, mais especificamente no Oeste, a reestruturação da suinocultura, por meio da seleção dos produtores, corroborou para o crescimento da produção de leite, porque em alguns casos, a atividade leiteira representou alternativa de renda para as unidades de produção que foram excluídas do sistema de integração de criação de suínos” (MELLO, 1998).

A agricultura familiar, segundo Testa et al. (2003), encontrou na atividade leiteira uma oportunidade de utilizar os recursos disponíveis na propriedade emergindo como uma atividade comercial, geradora de renda. Neste contexto, o Estado Catarinense conforme dados do Instituto Cepa (2017) responde por 9,8% da produção nacional, ocupando o quinto lugar nacional, o que correspondeu a 2,348 milhões de litros em 2015, deste montante estadual, o oeste responde com aproximadamente 75%, sendo o maior volume proveniente da agricultura familiar ou pequena propriedade rural.

2.3 ORIGEM DO COOPERATIVISMO

O Cooperativismo existe desde a pré-história, e isso demonstra que a cooperação tem sido constante na vida do ser humano no decorrer dos tempos, quando os homens se agrupam para defenderem interesses em comum. Mas, foi no século XIX que a idealização do Cooperativismo nasceu, em 1844, no bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra. Com o desemprego gerado pela Revolução Industrial, que substituiu por máquinas a vapor o trabalho artesanal, os tecelões criaram o que seria a primeira cooperativa. (UNIVAP, 2006)

No Brasil, segundo dados da Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda – COASUL (2017, s. p), o início do Cooperativismo foi em 1847 quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das ideias reformadoras de Charles Fourier, fundou, com um grupo de europeus, no sertão do Paraná, a Colônia Tereza Cristina organizada em bases cooperativas. “Essa organização, apesar de sua breve existência, contribuiu na memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo no País”. A primeira força do cooperativismo surge como resposta à Revolução Industrial na Inglaterra, tendo seu impulso amparado pela crise econômica. A segunda força vem com a globalização, que provocou um

enxugamento em muitas empresas e um grande aumento no número de desempregados, levantado e apresentado na X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba 1144 verem no sistema cooperativo, uma maneira de retorno ao mercado. Com o aumento das terceirizações, as cooperativas puderam prestar todos os tipos de serviços, tanto a outras cooperativas quanto aos demais setores da economia. No entanto, muito antes da globalização, o segmento cooperativista já era utilizado na agricultura.

Atualmente o associativismo tem se constituído como uma força presente em praticamente todo o território brasileiro e a cada dia que passa tem se fortalecido mais nas regiões em que atua. Podemos notar sua expansão para as mais variadas áreas de atuação, o que tem demonstrado sua importância para o desenvolvimento local destas comunidades.

2.4 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

As cooperativas são sociedades de pessoas organizadas em busca da satisfação de necessidades e objetivos comuns. Além disso, a gestão dessas organizações possui certas peculiaridades relacionadas tanto com a estrutura organizacional diferenciada como com as questões relativas às ações coletivas e a participação. Vale ressaltar que a gestão das organizações cooperativas é permeada por um conjunto de princípios que, desde o início do movimento cooperativista, em 1844, formam a base para sua atuação e vida organizacional. Objetivamente, os princípios cooperativistas relacionam-se segundo Carneiro (1981), à adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; interesse pela comunidade. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (2017), os princípios do cooperativismo orientam a atuação das cooperativas quanto aos valores e práticas, estão fundamentadas de acordo com as definições da primeira cooperativa legalmente constituída em 1844 na Inglaterra.

O princípio da adesão voluntária e livre que segundo Carneiro (1981), a associação a uma cooperativa independe de credo, raça, sexo, cor, classe social, opção religiosa ou política, cabe a cada pessoa a decisão de associar-se a uma

cooperativa. As “cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas”. (OCB, 2017, s. p)

O segundo princípio refere-se a gestão democrática de tais organizações, onde os associados participam ativamente (CARNEIRO, 1981). A assembleia é o ápice do processo decisório, é nestas reuniões que os cooperados discutem e votam os objetivos, políticas e tomadas de decisões, prevalecendo a vontade da maioria, onde o voto é igualitário independente do capital social, valores negociados ou cargo que cada um ocupa. Para OCB (2017, s. p) os membros da cooperativa atuam diretamente na formação das políticas organizacionais e tomada de decisões, tanto homens quanto mulheres podem ser representantes, eleitos pelas assembleias, passam a ter responsabilidades pela representatividade adquirida.

A participação econômica dos membros é o terceiro princípio, e menciona que as contribuições dos associados são equitativas para o capital da cooperativa e controlam-na democraticamente, com divisão proporcional de sobras ao final dos exercícios (CARNEIRO, 1981). As definições de distribuição das sobras são decididas pelos associados respeitando as seguintes finalidades: “desenvolvimento das suas cooperativas [...] criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível; benefícios aos membros na proporção das suas transações [...] e apoio a outras atividades aprovadas pelos membros. (OCB, 2017, s. p)

O quarto princípio, segundo Carneiro (1981) a cooperativa é caracterizado pela autonomia e independência, sendo controlada pelos sócios, cabendo a estes, firmar acordo com outras instituições, desde que se assegure em qualquer hipótese a sua autonomia e o controle dos sócios. De acordo com a OCB, (2017, s. p), “as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros”. Para a organização, podem ocorrer acordos com outras instituições desde que seja assegurado o “controle democrático pelos membros e ainda se mantenham a autonomia das cooperativas”. (OCB, 2017, s. p)

A educação, formação e informação é quinto princípio, que segundo Carneiro (1981) é um dever das cooperativas promover a educação cooperativa, através da formação e informação de seus membros. Já para a OCB (2017), os representantes eleitos e os trabalhadores precisam receber formação e informação necessárias para que estes contribuam “para o desenvolvimento das suas cooperativas”,

garantindo a liberdade de opinião, formação de jovens e lideranças para atuação de forma integrada e conjunta.

O sexto princípio trata da intercooperação, através do intercâmbio entre cooperativas, a troca de informação e a utilização dos produtos e serviços de forma a complementar e melhorar as atividades socioeconômicas e o fortalecimento das mesmas (CARNEIRO, 1981). A Intercooperação “força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais”. (OCB, 2017, s. p)

O sétimo e último dos princípios, destaca o interesse pela comunidade. De acordo com Carneiro (1981), as cooperativas precisam preocupar-se com o bem estar da sociedade a fim de contribuir para o desenvolvimento local, através programas de responsabilidade social, o que indiretamente contribui para a própria sustentabilidade. Já a OCB (2017), destaca que o interesse pelas comunidades locais, propicia o desenvolvimento sustentável destas, o que somente ocorre com a definição de políticas voltadas a estas finalidades. A participação do quadro social na definição, aprovação e colaboração das políticas voltadas à comunidade, determinar a eficácia de sua implantação.

Diante do exposto, os princípios aprovados e implementados desde 1844, continuam atualmente, norteando o andamento das atividades cooperativas, garantindo a democracia, igualdade, autonomia e independência de tais organizações, bem como a participação igualitária dos seus associados, tendo como resultado os interesses das comunidades onde atuam a sustentabilidade das próprias cooperativas e o desenvolvimento local como resultado.

2.5 RAMOS DO COOPERATIVISMO

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (2017), o movimento cooperativista brasileiro é diversificado, dividido em 13 ramos de atividades distintas, que colaboram para a compreensão e posicionamento do cooperativismo brasileiro perante os dados de outros países, sendo eles:

Agropecuário, educacional, crédito, saúde, infraestrutura, habitacional, transporte, turismo e lazer, produção, especial, mineral, consumo e trabalho. O cooperativismo possui importância significativa na economia brasileira, sendo um

sistema capaz de alinhar o desenvolvimento humano ao sustentável, devido aos seus princípios universais de origem e de evolução. (MATOS e NINAUT, 2007)

A Tabela 01 apresenta o ranking do cooperativismo brasileiro envolvendo pessoas, negócios, empregos e economia. Neste, consta o número de cooperativas, empregos, número de associados e representatividade dos dados individuais aos totais apurados.

Tabela 01: Ranking do cooperativismo brasileiro.

RAMO DO COOPERATIVISMO	Nº DE COOPERATIVAS	%	Nº DE EMPREGOS	%	Nº DE ASSOC.	%
Agropecuária	1.555	23,36%	188.777	50,10%	1.016.606	7,68%
Consumo	147	2,21%	14.056	3,73%	2.990.020	22,60%
Credito	975	14,65%*	50.268	13,34%	7.476.308	56,51%
Educacional	279	4,19%	3.966	1,05%	50.847	0,38%
Especial	8	0,12%	9	0,00%	315	0,00%
Infraestrutura	125	1,88%	6.154	1,63%	955.387	7,22%
Habitacional	293	4,40%	886	0,24%	114.567	0,87%
Produção	257	3,86%	3.458	0,92%	12.494	0,09%
Mineral	79	1,19%	187	0,05%	57.204	0,43%
Trabalho	897	13,48%	1.580	0,42%	193.773	1,46%
Saúde	813	12,21%	96.230	25,54%	225.191	1,70%
Turismo	23	0,35%	15	0,00%	1.823	0,01%
Transportes	1.205	18,10%	11.209	2,97%	136.425	1,03%
TOTAL	6.656	100%	376.795	100%	13.230.960	100%

Fonte: Dados da pesquisa *(Grifo nosso)

A Tabela 01 apresenta em ordem alfabética, os 13 ramos do cooperativismo do Brasil estruturados. Os dados da pesquisa revelam que em 2016 as pessoas associadas a cooperativas somam 13.230.960 associados, quase quatrocentos mil empregados formais distribuídas em mais de seis mil e seiscentas cooperativas.

Com relação ao número de associados, a Tabela 01 demonstra que o cooperativismo de crédito é o ramo com maior número de associados com quase 6,5 milhões associados sendo responsável por mais de 56% do total de pessoas associadas, seguido das cooperativas de consumo com mais de 2,9 milhões de associados ficando em segunda posição com mais de 22% do total de associados. Em terceiro e quarto lugar estão as cooperativas do ramo do cooperativismo de agropecuário com 7,68% do total, somando um pouco mais de 1 milhão de associados, e as cooperativas de infraestrutura com 7,22% com mais de 955 mil associados.

Ao analisar o número de empregos gerados, o ramo agropecuário representa 50,10% dos empregos gerados somando um montante de 188.777 empregos diretos. Em segundo lugar estão as cooperativas do ramo de saúde com 25,54% dos empregos gerados, somando mais de 96 mil empregos. Em terceira posição estão as cooperativas de crédito que somam 50.268 empregos gerados o que representa 13,34% do total.

Em terceira análise está o número de cooperativas e sua representatividade. Neste quesito observa-se que as cooperativas agropecuárias apresentam o maior número de cooperativas totalizando um montante de 1.555 cooperativas, com significativos 23,36% do total, seguido das cooperativas de transporte com mais de 18% de representação total com 1.205 cooperativas. Considerando o percentual de representatividade, as cooperativas de crédito somam 975 cooperativas registradas o que supera os 14% do total do número de cooperativas ficando em terceira colocação.

Em síntese da análise dos treze ramos do cooperativismo observa-se que os segmentos que apresentam maior destaque, considerando o número de cooperativas, número de empregos gerados e número de associados, estão as cooperativas de crédito, agropecuária com destaque nos três itens observados. Outras cooperativas que apresentam significativa representatividade em relação às demais estão às cooperativas de saúde, transportes, trabalho e infraestrutura.

2.5.1 Função social das pequenas cooperativas de Agricultores Familiares

As Cooperativas de Agricultores Familiares tem como objetivo principal, a organização destes agricultores de forma que consigam através da união de seus objetivos em comum traçarem estratégias que venham a melhorar a rentabilidade da atividade e conseqüentemente a qualidade de vida das famílias, em termos gerais, se constitui em uma forma alternativa de proporcionar o desenvolvimento.

Um dos aspectos fundamentais da inclusão social e produtiva são o fortalecimento e a utilização do capital social existente nas cooperativas rurais, buscando organização e iniciativas de produção local, reduzindo a vulnerabilidade das pessoas e potencializando a capacidade de ação coletiva produtiva e de autogestão econômica e social.

2.5.2 O mercado do leite nas organizações cooperativas

Pela sua ampla utilização na cadeia alimentar o leite de qualidade tem amplo acesso a mercado. No entanto o acesso a mercados que remunerem bem o produtor tem se mostrado cada vez mais difícil. O que se observa atualmente na cadeia produtiva do leite é a busca por matéria-prima em grande escala e a baixo custo. Apesar de no mercado do leite existir uma forte concorrência por parte das empresas compradoras, as organizações cooperativas ainda correspondem por grande participação de mercado.

No ano de 2002 através de levantamento sobre a realidade das cooperativas de leite do país, conforme dados do Paraná Cooperativo, o Censo do Cooperativismo de Leite, possibilitou conhecer em profundidade este setor com seus números, seus desafios e suas oportunidades. Naquele ano as cooperativas, com seus 150 mil filiados, contribuíram com 40% do leite captado do Brasil.

2.6 A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Inúmeros são os fatores que interferem na gestão das cooperativas, podemos afirmar que no que se refere à participação do quadro social nas tomadas de decisões, nem sempre a participação é a mais representativa e de acordo com o tamanho das organizações esta tarefa pode ser mais ou menos facilitada. No sistema cooperativo, os cooperados são ao mesmo tempo beneficiários e prestadores dos serviços, caracterizando o controle democrático. Essa é sem dúvida a maior diferença entre empresas comerciais e cooperativas. Sendo este um fator determinante do sucesso obtido pelo sistema cooperativo vigente atualmente, o princípio de igualdade entre os associados é mantido pelo valor do voto, em que tanto os que têm maior capital quanto os que têm um menor capital na participação societária tem o mesmo poder de voto o que não ocorre nas sociedades empresariais. No entanto, para que a democracia impere, há a necessidade da participação ativa de seus associados nas tomadas de decisões a fim de que seus interesses sejam privilegiados e atendidos plenamente.

Destarte, as cooperativas apontam para a criação de formas de sociabilidade solidárias assentadas no trabalho colaborativo e na participação democrática na tomada de decisões.

Singer (2002), e de acordo com dados do IPEA (2011), expõe de forma bem clara que, para a realização da autogestão, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema. Cientes de sua importância nas tomadas de decisões, de maneira que o entendimento de que são agentes do próprio negócio facilite o encaminhamento da resolução de eventuais problemas e contribua para prosperidade da organização cooperativa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para este estudo será aplicada uma pesquisa de natureza, a pesquisa é teórico-empírica. Conforme Marconi e Lakatos (2010, p. 169), esta se divide em duas etapas sendo a primeira a “realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão”. Para o autor esta etapa serve para observar os trabalhos já realizados em torno do tema, bem como as principais questões discutidas. Já a segunda possibilita adotar um modelo teórico de referência, que auxiliará na determinação das variáveis e a elaboração do plano geral da pesquisa.

Quanto aos objetivos a pesquisa classifica-se como exploratória, pois visa aprofundar a compreensão sobre o problema. Conforme Marconi e Lakatos (2010, p. 171), pesquisas exploratórias objetivam “a formulação de questões ou de um problema, capaz de aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos”.

Quanto à abordagem a pesquisa classifica-se como quantitativa, uma vez que considera tudo que pode ser quantificável, o que significa traduzir em números as informações para classificá-las e analisá-las com o uso de recursos e de técnicas estatísticas. Quantitativa que com seus métodos e ferramentas buscam atingir os objetivos propostos que foi de conhecer o perfil dos associados, suas relações com as Cooperativas enquanto associados, o que os associados pensam a respeito do modo de gestão das cooperativas, buscando identificar pontos fortes e pontos fracos ligados as organizações. (MARCONI E LAKATOS, 2010)

Quanto à população Marconi e Lakatos (2010, p. 206) descrevem-se como “o conjunto de seres animados ou inanimados que representam pelo menos uma

característica em comum. [...] a delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos. Para Diehl e Tatim (2004, p. 64) a população representa “um conjunto de elementos passíveis de serem mensurados com respeito às variáveis que se pretende levantar”.

A população da pesquisa compreende 4 cooperativas que estão localizadas nos municípios da Agência de Desenvolvimento Regional - ADR de Palmitos.

Segundo Marconi e Lakatos (2010) a amostra faz parte de um universo maior, ou seja, a população escolhida através de algum critério para que se aplique a pesquisa. Para o foco deste estudo, a amostra é composta por uma cooperativa do município de Caibi, a COAPAFAC, escolhida de forma intencional e não probabilística, existindo comparabilidade entre as mesmas pela proximidade com a atuação profissional do pós-graduando, fator positivo e colaborativo na qualificação da investigação.

Os dados são compostos por dados primários e fontes secundárias. O levantamento de dados primários foi feito com a aplicação de questionário semi-estruturado realizado pelo pós-graduando entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Ainda, os dados secundários serão utilizados a partir da base de dados de sites, publicações em artigos, livros, revistas e demais levantamentos realizados junto a entidades no município em que estão situadas as cooperativas.

O questionário prioriza questões abertas e fechadas, que permitam identificar o conhecimento do associado sobre a cooperativa, principais vantagens em ser associado, sua participação nas tomadas de decisões e importância do acesso a assistência técnica.

A pesquisa proposta pelo estudo foi realizada com produtores de leite da cooperativa (COAPAFAC), na qual agricultores familiares do município de Caibi/SC são associados, sendo que 23 entrevistas respondidas.

Para o tratamento, a interpretação e análise dos dados coletados foram organizadas tabelas, quadros e gráficos para contribuir na correta verificação dos fatos questionados, culminando para a compreensão das lacunas propostas para este trabalho.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

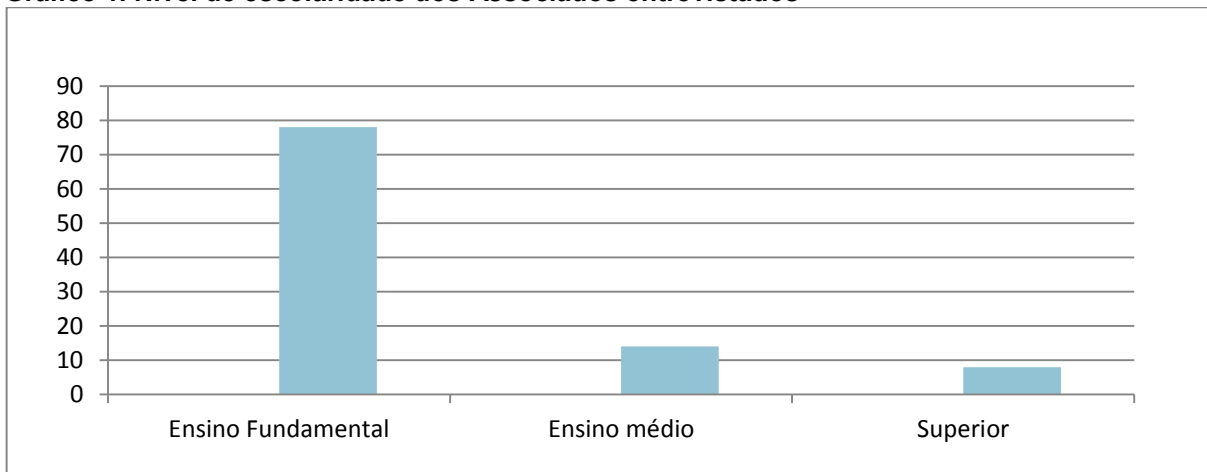
O cooperativismo pode proporcionar aos cooperados inúmeras vantagens por poder oferecer maior possibilidade de conseguir melhores preços de seus produtos através do poder de barganha e de um maior acesso a tecnologias e equipamentos, que ficam a disposição de todos os membros da instituição. Por incentivar a cooperação entre as pessoas oportuniza promover o desenvolvimento local e contribui para o bem estar da comunidade.

A realização desta pesquisa objetivou caracterizar as potencialidades, bem como as vantagens para os associados em fazerem parte deste modelo de instituição.

De um modo geral pode-se perceber as vantagens do cooperativismo principalmente para as famílias de pequenos agricultores produtoras de leite estudadas, pois o cooperativismo permite que juntos, com objetivos comuns bem definidos e necessidades semelhantes possibilitem melhor condição de competir no mercado, tanto na venda da produção como na utilização de bens comuns.

O Gráfico 01 propõe elucidar o nível de escolaridade dos entrevistados.

Gráfico 1. Nível de escolaridade dos Associados entrevistados



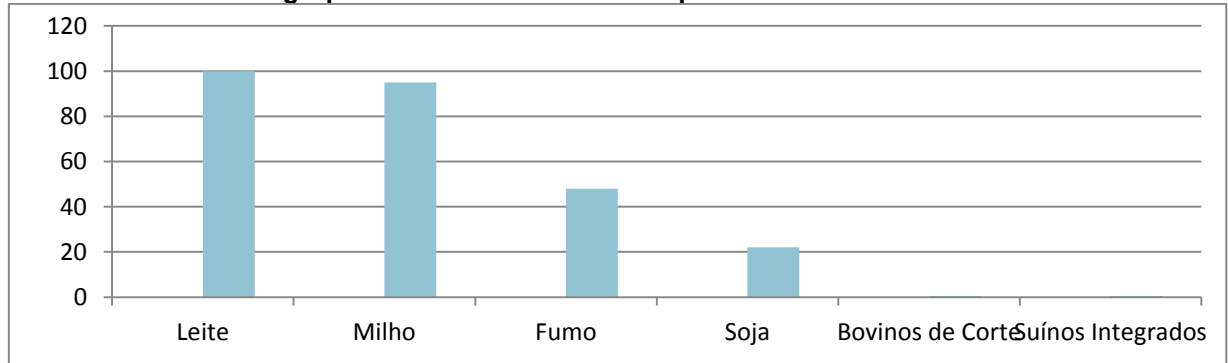
Fonte: Dados da pesquisa

No Gráfico01, é possível notar o baixo nível de escolaridade dos associados entrevistados, este fator tende a trazer dificuldades tanto do ponto de vista de profissionalização dos agricultores quanto da compreensão dos termos de funcionamento da cooperativa, a necessidade de líderes capacitados e de associados com plenas condições de desenvolvimento das atividades gerenciais das

propriedades se faz cada vez mais necessário, pois o acesso de várias ordens a tecnologias e a ferramentas atualmente disponíveis, pode vir a facilitar muito a vida dos agricultores, tanto do ponto de vista de compreensão como de aplicabilidade do conhecimento.

O Gráfico 2 apresenta os principais produtos produzidos pelos entrevistados.

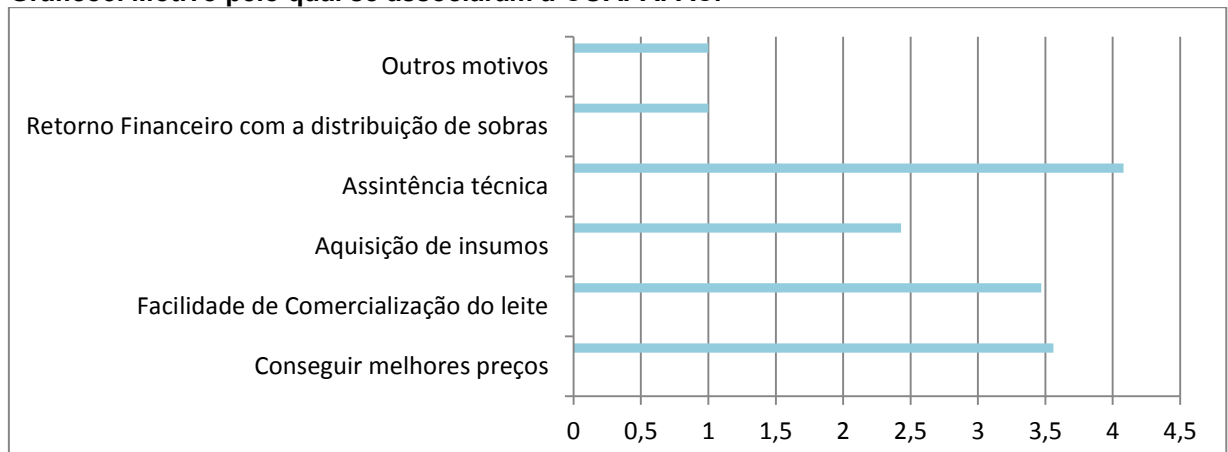
Gráfico 2. Produtos Agropecuários Comercializados pelos associados.



Fonte: Dados da pesquisa

Paralelamente a atividade leiteira observa-se um alto grau de diversificação na renda das propriedades com destaque para a cultura do milho que tradicionalmente tem sido produzido nas propriedades da região, plantado inicialmente como forma de garantir a subsistência e para a suinocultura que nas décadas de 1980 e 1990 era considerada a base da economia agrícola do estado, sendo o seu cultivo amplamente difundido pelo fácil acesso a tecnologias de mecanização pelos agricultores. A cultura do fumo por outro lado como pode se observar na figura acima está presente em muitas propriedades pelo fato de a grande maioria destas serem consideradas de pequenas áreas.

Gráfico 3. Motivo pelo qual se associaram a COAPAFAC.

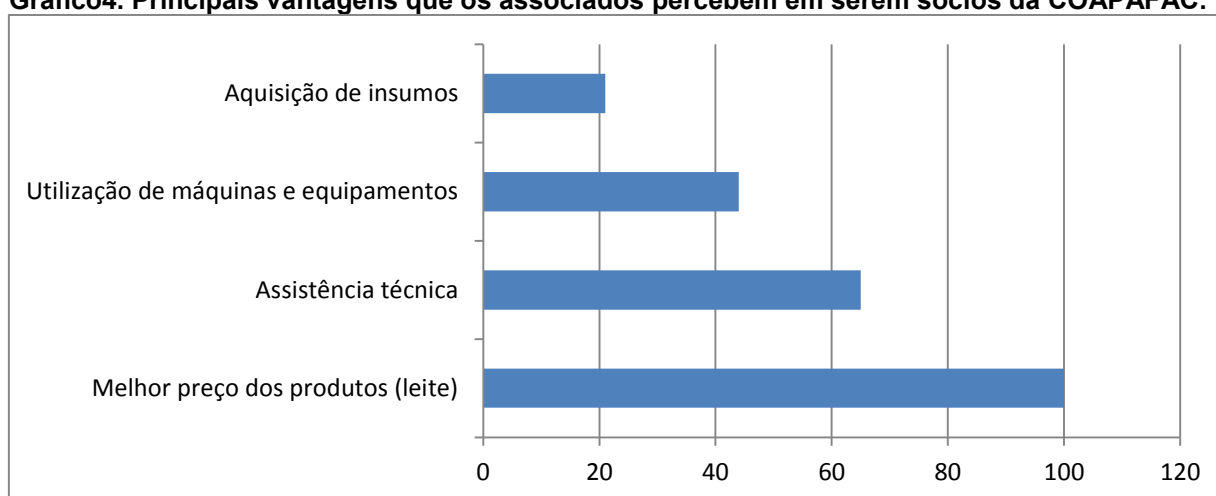


Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 03, permite observar o acesso a assistência técnica e os melhores preços foram os principais motivos que levaram os produtores de leite a se associarem a COAPAFAC, que com o objetivo de obter melhores resultados tanto em produção como em remuneração, tem levado alguns produtores a buscar alternativas ao atual sistema, buscando nas pequenas cooperativas alternativas de melhorar a renda e conseqüentemente a qualidade de vida da família.

O Gráfico 4 descreve as principais vantagens observadas pelos cooperados quando questionados sobre este quesito.

Gráfico4. Principais vantagens que os associados percebem em serem sócios da COAPAFAC.



Fonte: Dados da pesquisa

Quando questionados sobre as vantagens em serem sócios da COAPAFAC a totalidade dos associados responderam que sim e nenhum deles disse que não há vantagens em ser sócio. Dentre os motivos pelos quais consideram vantagem em fazer parte do quadro social, o Gráfico 4, demonstra que estão em busca de melhor do preço na comercialização do principal produto de suas propriedades, o leite citado por 100% dos associados em seguida a assistência técnica citada por 65% deles, 44% citaram ainda o acesso a máquinas e equipamentos e apenas 21% falaram a respeito da aquisição de insumos como vantagem.

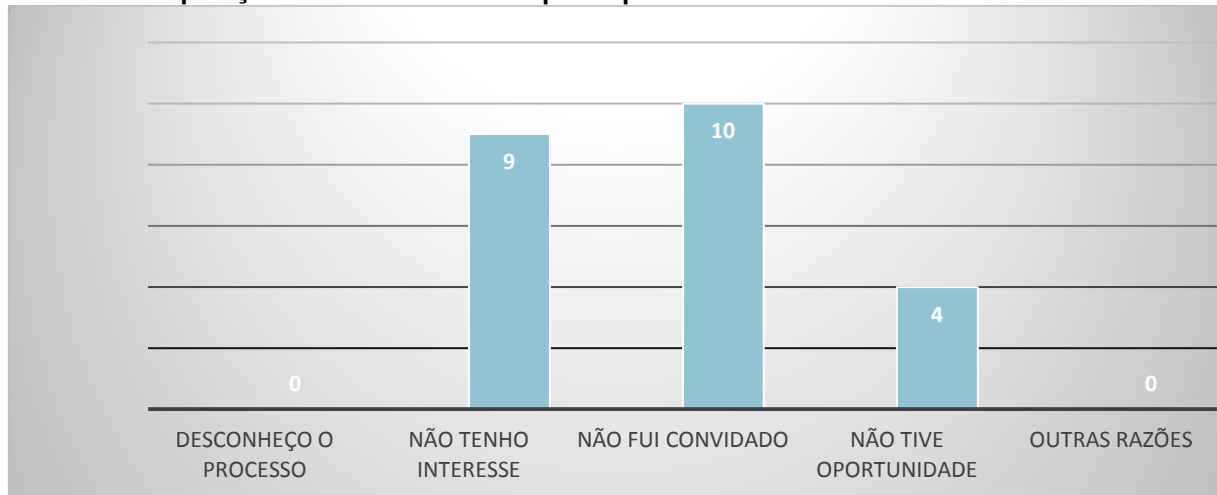
Estes depoimentos evidenciam os inúmeros benefícios que estas pequenas organizações proporcionam para a atividade produtiva das famílias destes pequenos Agricultores Familiares, fazendo com que estes consigam permanecer no meio rural, desenvolvendo suas atividades e mantendo suas famílias na atividade.

Segundo Heisler, Wechendelfder e Kospel (2017), as cooperativas familiares, passaram a estabelecer um novo balizador para o preço regional do leite,

ou seja, a intervenção das cooperativas impactou no aumento geral do preço praticado pelo leite da região e incrementou o movimento econômico em vários municípios.

Quanto à disposição dos associados em participar da diretoria, obteve-se duas questões mais acentuadas conforme apresenta o Gráfico 5.

Gráfico 5. Disposição dos associados em participar da diretoria.



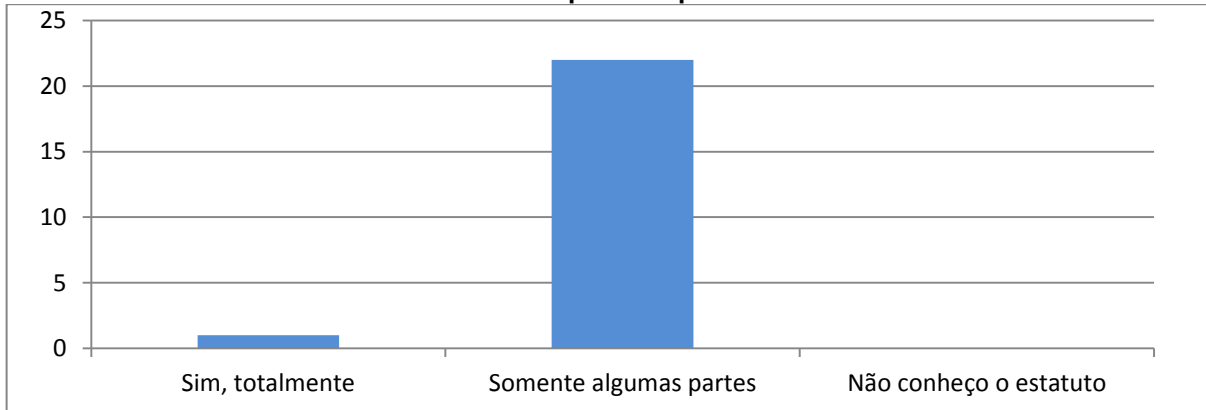
Fonte: Dados da pesquisa

A grande maioria dos associados não fez ou não faz parte da diretoria e isso evidencia a pouca disposição dos associados em participarem da gestão e assumirem as questões administrativas da Cooperativa. O Gráfico 5 revela que muitos associados não têm interesse em participar da direção da cooperativa porém, outros afirmam que não foram convidados a fazer parte, o que significa que possui interesse.

A cooperativa, conforme Schneider (1991), “deve ser uma empresa racional e eficiente, mas deve ao mesmo tempo compatibilizar estas exigências com a democracia, participação e a autonomia, num necessário, mas permanente difícil e tenso equilíbrio. Ainda dentro dessa lógica, enfatiza que os associados devem ser estimulados permanentemente através da educação, comunicação e oportunidades em participar. Cabe acrescentar a estes conceitos a condição da participação por meio do diálogo. Este elemento potencializa a capacidade criativa da organização, possibilitando ao grupo chegar à identificação de soluções de problemas que venham a promover a participação efetiva e, conseqüentemente, o desenvolvimento organizacional.

O Gráfico 6 apresenta a respostas quanto a pergunta sobre o conhecimento do estatuto da cooperativa.

Gráfico 6. Conhecimento do estatuto da Cooperativa pelos associados

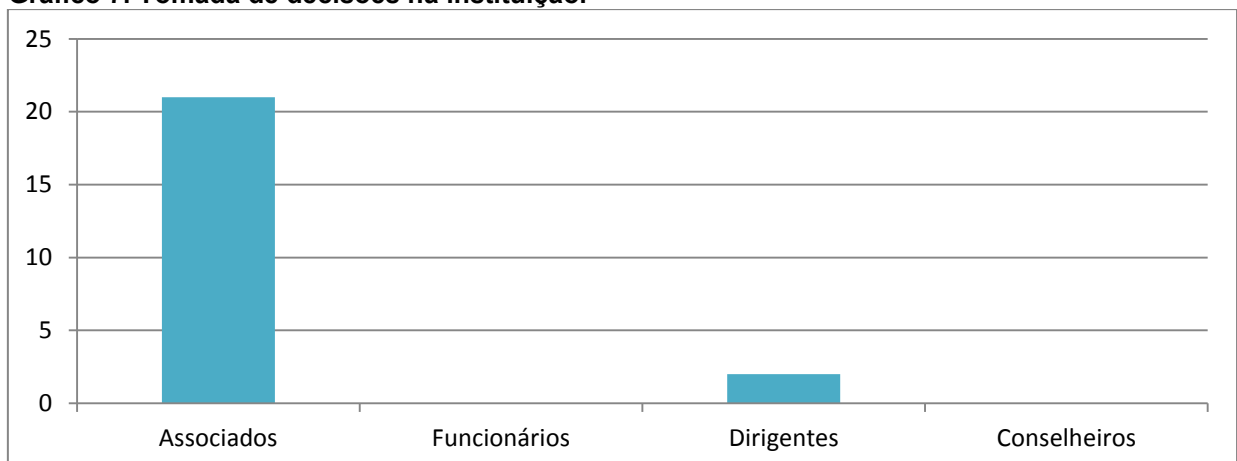


Fonte: Dados da pesquisa

Como podemos observar no Gráfico 6, apenas alguns entrevistados estão totalmente inteirados a respeito de seus direitos e deveres enquanto associados da COAPAFAC, do regulamento que está disposto em seu estatuto. O que evidencia a necessidade de um maior aprofundamento a respeito do tema seja ele em cursos ou de organizar a estrutura de funcionamento e administração. Isso porque neste documento estarão todos os detalhes da gestão com relação de poderes e definição de atribuições e seu conhecimento é de fundamental importância para a gestão participativa da instituição.

Quanto a tomada de decisões na COAPAFAC, conforme o Gráfico 7 os respondentes apresentam a clareza quanto a esta questão.

Gráfico 7. Tomada de decisões na instituição.



Fonte: Dados da pesquisa

Como pode ser observado no Gráfico 7 as decisões, segundo os entrevistados, são tomadas pelos associados, já os dirigentes têm o papel de assumir e estimular as tomadas de decisões, estando alinhados aos princípios do cooperativismo.

Pelas respostas obtidas junto aos produtores associados é possível afirmar a importância da entidade cooperativa para as famílias e para a sua manutenção na atividade, pois entre os pontos de destaque a possibilidade de obtenção de melhor renda aos produtores, do acesso a assistência técnica e do uso dos equipamentos comuns que na opinião dos entrevistados é de fundamental importância.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar as relações sociais entre os associados e a instituição cooperativa, buscando identificar as dificuldades e potencialidades, bem como os benefícios oportunizados para os associados através da obtenção de informações disponibilizadas e discutidas com os membros desta organização.

As pequenas instituições cooperativas como um todo contribuem para o desenvolvimento local e regional, uma vez que proporcionam aos associados condições de obtenção da possibilidade de negociação de preços de forma conjunta, acesso a assistência técnica e acesso a equipamentos de forma conjunta, o que os associados não teriam condições de fazer de forma individual, possibilitando melhorar a renda e qualidade de vida das famílias destes pequenos agricultores.

Por trabalhar a cooperação entre as pessoas, por manter a possibilidade de as famílias permaneçam na atividade produzindo, mantendo seus hábitos, costumes e modo de vida, mantendo muitas vezes tradições e maneiras de produzir de forma mais artesanal produtos que há décadas vem sendo trabalhados pelas famílias e passados de geração a geração contribuindo em muito para a preservação de suas origens e para que estas tradições não venham a se perder com o passar dos anos, o que vem acontecendo com a chamada modernização da agricultura, na qual muitas famílias estão buscando oportunidade de trabalho no meio urbano, por não vislumbrarem melhores condições de vida no meio rural, ocasionando o chamado êxodo rural.

O caso da COAPAFAC é emblemático, os benefícios e vantagens dos produtores de serem sócios da cooperativa são considerados de extrema importância para as famílias estudadas, podemos perceber através deste estudo que o associativismo, principalmente dos pequenos produtores de leite é sem dúvida uma ótima alternativa para que se possa possibilitar e permanência destas famílias de pequenos produtores na atividade, que tem sido dificultada para aqueles que comercializam sua produção de forma individual.

Nesse sentido observou-se que a participação no quadro social trouxe alguns benefícios para os entrevistados, entre eles destacam-se a melhor remuneração da produção citada por 100% dos associados entrevistados, evidenciando a importância da instituição cooperativa como intermediadora comercial, 65% deles apontaram como vantagem o acesso à assistência técnica e ainda a oportunidade de participar efetivamente das decisões e disponibilizar equipamentos serem utilizados pelos associados de maneira coletiva, sendo estes fatores determinantes para a viabilização da atividade leiteira nas propriedades dos entrevistados.

Desta forma através das entrevistas realizadas, pode-se concluir que a união dos grupos de interesse através de entidades cooperativas, principalmente para os pequenos produtores de leite do Município de Caibi, se constitui em ferramenta fundamental para a busca do desenvolvimento regional.

Cabe destacar que este trabalho não encerra as discussões sobre o tema que envolve agricultores familiares e suas relações sociais e econômicas com a cooperativa a que pertencem, mas sim oportuniza o debate, o que poderá culminar com novos estudos.

REFERÊNCIAS

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Orgs.). Gestão integrada a agricultura familiar. São Carlos: Edufscar, 2005.

BENATO AZOLIN, João Vitorino. **O ABC do Cooperativismo**. São Paulo: OCESP – SESCOOP, 192p. 2002.

BUAINAIN, A.M.; SOUZA FILHO, H.M.; SILVEIRA, J.M. **Inovação tecnológica na agricultura familiar**. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON J. (Org.). Inovações nas Tradições da Agricultura Familiar. Brasília: CNPq, p. 47-81, 2002.

CARNEIRO, Palmyos Paixão. **Cooperativismo: o princípio cooperativo e a força existencial-social do trabalho**. Belo Horizonte: Fundec, 1981.

COASUL – **Cooperativa Agroindustrial**. 2017. Disponível em: <http://www.coasul.com.br/o-cooperativismo-no-brasil/>>. Acesso em: 5abr de 2017.

DIEHL, Astor A. e TATIM, Denise C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas, Métodos e Técnicas**, São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FAPESC – **Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2015-2016**. Pg. 136 a 138. Disponível em:<http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese_2015.pdf>. Acesso em: 24 abr de 2017.

HeislerL,Weschendelfder C.J., Kopsel E. F. **Cooperativas da Agricultura Familiar: Resistência e Organização Contra-Hegemônica na Produção De Leite**. Disponível em:https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/heisler_weschendelfer_kopser_ton_ezer_badalotti.pdf. Acesso em: 05 mar de 2017.

HEISLER L.; WESCHENDELFDER J.; KOSPSEL E.F. **Cooperativas da Agricultura Familiar: resistência e organização contra – hegemônica na produção de leite, 2017**. Disponível em:<https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/heisler_weschendelfer_kopser_to_nezer_badalotti.pdf>. Acesso em: 24 abr de 2017.

INSTITUTO CEPA. Epagri/Cepa. Disponível em:<<http://www.cepa.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em: 15 mar de 2017.

IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. 2011. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo21.pdf>>. Acesso em: 20 mar. de 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, pg. 169/206, 2010.

MATOS, M. A.; NINAUT, E. S. **O cooperativismo frente às perspectivas econômicas**. INFOTEC: Informativo Técnico do Sistema OCB, n. 2, 2007. 9 p. Disponível em:<<http://www.brasilcooperativo.coop.br>>. Acesso em: 24 de abr. 2017.
MELLO, M. A. **A trajetória da produção e transformação do leite no Oeste catarinense e a busca de vias alternativas**. 1998. 165p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 1998.

MIOR, L. C., FERRARI, D. L., MARCONDES, T., REITER, J. M. W., 2014. **Inovações organizacionais da agricultura familiar no sul catarinense**. In: D.O.Estevam& L. C. Mior (Orgs.), *Inovações na Agricultura Familiar: as Cooperativas Descentralizadas em Santa Catarina* (pp.21-53). Florianópolis: Insular.

OCB – **Organização das Cooperativas Brasileiras**. 2017. Disponível em:<<http://www.somoscooperativismo.coop.br/#/>>. Acesso em: 05 mar. de 2017.

OCESC – **Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina**. 2014. Disponível em: <http://www.ocesc.org.br/secao/cooperativas_ramos>. Acesso em: 08 de mar. de 2014.

Paraná Cooperativo. 2017. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/108413-lacteos-censo-do-cooperativismo-do-leite-2016-voce-esta-presente>>. Acesso em: 26 abr. de 2017.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 1. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1991. 417 p.
Síntese anual da Agricultura de Sant Catarina 2014 – 2015 pg. 101.
SOUZA, R. P.; BUAINAIN, A. M. **A competitividade da produção de leite da agricultura familiar: os limites da exclusão**. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/370/366>>. Acesso em: 23 abr. de 2017.

TESTA, V. M.; NADAL, R. de; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**. 1996. 247p. Proposta (discussão). Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Florianópolis: 1996.

TESTA, V.M.; MELLO M.A.; FERRARI D.L.; SILVESTRO M. L.; DORIGON C. **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense**. Disponível em: <http://intranetdoc.epagri.sc.gov.br/producao_tecnico_cientifica/DOC_26341.pdf>. Acesso em: 23 de abr. 2017.

TESTA, Vilson M. *et al.* **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense**. Florianópolis. Epagri, 2003.

UNIVAP – **Universidade do Vale do Paraíba**. 2006. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/06/INIC000027ok.pdf. Acesso em: 18 abr. de 2017.